



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO
CORTE ESPECIAL

593
ASL

Conflito de Competência n. 323.375-6

Suscitante: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife

Suscitado: Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Recife

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Ementa: conflito de competência – mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade policial – conflito entre vara criminal e vara fazendária – competência da vara fazendária – competência fixada em razão da autoridade apontada como coatora - causa de pedir consistente em suposto abuso de autoridade - verificação da legitimidade de ato de polícia administrativa - ausência de elemento de atração da competência da vara de registros públicos.

1. No caso, a discussão é sobre o juízo competente para julgar mandado de segurança contra ato de autoridade policial consistente na inserção, no cadastro de veículos, da informação referente a possível prática de ilícito penal sobre os bens.
2. O juízo suscitado remeteu a referida ação ao juízo suscitante por entender caber ao Juízo da Vara da Fazenda Pública processar e julgar o feito. Para o juízo suscitante, entretanto, como os bens são objeto de inquérito policial, o juízo criminal é que deveria julgar a causa.
3. A divisão de competências das varas foi estabelecida pelo Código de Organização Judiciária de Pernambuco. Cabe às Varas da Fazenda Pública processar e julgar os mandados de segurança, contra autoridades estaduais e municipais, respeitada a competência originária do Tribunal de Justiça.
4. Irrelevante a natureza do ato coator apontado, devendo a competência para o julgamento do mandado de segurança ser fixada pela autoridade que se aponta como coatora.
5. Ainda que fosse relevante a natureza do ato impugnado, este, despeito de envolver ato de autoridade policial decorrente de investigação criminal, reveste-se de natureza eminentemente administrativa.
6. A causa de pedir do mandado de segurança consiste no suposto abuso de autoridade do delegado de polícia, que teria procedido a comunicação temerária ao órgão de trânsito fazendo constar no registro dos veículos a informação de que teriam sido objeto de crime.
7. Embora houvesse inquérito policial em andamento, e apesar de a autoridade coatora consistir em um delegado de polícia, a cognição demandada pelo *mandamus* haveria de ser enfrentada pelo Juízo fazendário, uma vez que se discute a legitimidade do ato de polícia administrativa praticado pelo delegado.
8. Conflito de competência conhecido para declarar o Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife, Juízo suscitante, competente para processar e julgar o mandado de segurança autuado sob o n. 98787-62.2013.8.17.0001.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos este conflito de competência n. 317.724-2, em que são partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal, à unanimidade, **em conhecer e acolher o Conflito Negativo de Competência para declarar o Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife, ora suscitante, competente para julgar o feito.**

Recife, 25. 5. 14

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO
CORTE ESPECIAL

186
ASL

Conflito de Competência n. 323.375-6

Suscitante: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife

Suscitado: Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Recife

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife contra o Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca da Capital envolvendo mandado de segurança contra ato de autoridade policial.

Breve histórico: O delegado de polícia da Delegacia de Roubos e Furtos da Capital oficiou ao Detran-PE a fim de que este departamento inserisse, em seu cadastro, a informação referente à possível prática de ilícito penal envolvendo dois veículos (o inquérito sob a responsabilidade do delegado de polícia versava sobre apropriação indébita).

Fabício Rocha, proprietário dos carros, impetrou Mandado de Segurança contra aquele ato.

O Juízo da 8ª Vara Criminal da capital, para o qual foi distribuído o *mandamus*, declinou da competência determinando a redistribuição do feito para a Vara da Fazenda Pública, por entender que o mandado de segurança contra ato administrativo praticado por autoridade policial deveria tramitar na vara de competência fazendária (fl. 140).

O Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital, para a qual foi redistribuído o *mandamus*, não vislumbrou competência da aludida vara especializada para conhecer do feito, e suscitou conflito negativo de competência (fl. 142).

O referido conflito foi originalmente distribuído à 3ª Câmara de Direito Público, sendo oportunizada a prestação de informações pelos Juízos envolvidos e a oferta de parecer pelo Ministério Público.

Instado pelo relator originário, o Ministério Público ofereceu parecer (fls. 164/166) **opinando pelo reconhecimento da competência do Juízo da Vara da Fazenda Pública para processar e julgar o mandado de segurança.**

Posteriormente, vieram os autos conclusos a esta Relatoria, em virtude do reconhecimento da competência da Corte Especial para o julgamento do incidente, haja vista constituir conflito entre Juízos de direito com jurisdição no segmento criminal e no segmento de Fazenda Pública, nos termos do art. 22 do RITJPE (fls. 169 e 176).

Designei, em caráter provisório, para resolver as medidas urgentes necessárias, o Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife (fl. 178).

É o breve relatório, feito fora de pauta.

Recife, 26. 5. 11


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO
CORTE ESPECIAL

188
Agl

Conflito de Competência n. 323.375-6

Suscitante: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife

Suscitado: Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Recife

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

No caso, a discussão é sobre o juízo competente para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade policial, delegado de polícia que teria solicitado inserção no cadastro do Detran-PE de informação acerca de eventual ato delitivo envolvendo dois veículos.

O conflito de competência foi estabelecido entre uma Vara da Fazenda Pública (Juízo suscitante) e uma Vara Criminal (Juízo suscitado).

Ora, a divisão de competências das varas foi estabelecida pelo Código de Organização Judiciária de Pernambuco.

Cabe às Varas da Fazenda Pública:

Art. 79. Compete ao Juízo de Vara da Fazenda Pública:

I - processar, julgar e executar as ações, contenciosas ou não, principais, acessórias e seus incidentes, em que o Estado Federado ou o Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público forem interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuadas as de falências e recuperação de empresas e as de acidentes do trabalho;

II - **processar e julgar os mandados de segurança**, os habeas data, os mandados de injunção e ações populares **contra autoridades estaduais e municipais, respeitada a competência originária do Tribunal de Justiça**;

III - conhecer e decidir as justificações destinadas a servir de prova junto ao Estado Federado ou ao Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público. (original sem destaques)

Por sua vez, cabe às Varas Criminais:

Art. 85. Compete ao Juízo de Vara Criminal processar e julgar as **ações penais, seus incidentes e o habeas corpus, salvo as de competência de varas especializadas**. (original sem destaques)

Assim, por expressa disposição legal, compete à Vara Fazendária processar e julgar o presente mandado de segurança.

Desse modo, entendo irrelevante a natureza do ato coator apontado, devendo a competência para o julgamento do mandado de segurança ser fixada pela autoridade que se aponta como coatora. Nesse sentido:

MANDADO DE SEGURANÇA. INCOMPETÊNCIA DAS CÂMARAS CRIMINAIS PARA SEU PROCESSAMENTO E JULGAMENTO. IRRELEVÂNCIA QUANTO À NATUREZA DO ATO QUESTIONADO. INTERPRETAÇÃO SISTÊMICA DOS ARTIGOS 25 E 27 DO REGIMENTO INTERNO DESTE SODALÍCIO. POR MAIORIA DE VOTOS, NÃO SE CONHECEU O WRIT, DETERMINANDO-SE SUA REDISTRIBUIÇÃO A UMA DAS CÂMARAS CÍVEIS. 1-Nos termos do art. 25 do RITJPE, **competem às câmaras isoladas cíveis processar e julgar os mandados de segurança contra atos dos juizes de primeiro grau, sendo irrelevante a natureza do ato questionado, isto é, se ele emana de um processo crime ou não.** 2-Fica claro o propósito do regimento interno, sobretudo quando se observa que o mandado de segurança não consta no rol do art. 27 do RITJPE, e, também nos termos do referido artigo, todo habeas corpus é julgado pelas Câmaras Criminais, ainda que o suposto ato ilegal derive de um processo cível (prisão civil). 3-**Portanto, numa análise sistêmica dos artigos 25 e 27 do RITJPE, segue-se que, enquanto todo habeas corpus é julgado por uma câmara criminal, todo mandado de segurança, igualmente, é processado e julgado por uma câmara cível, pouco importando à fixação da competência a natureza do ato questionado.** 4-Por maioria de votos, Mandado de Segurança não conhecido, impondo-se sua redistribuição à uma das câmaras cíveis.

(TJ-PE - MS: 199036 PE , Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 26/01/2010, 4ª Câmara Cível) (original sem destaques)

Ademais, conforme apontado pelo eminente representante do Ministério Público, ainda que fosse relevante a natureza do ato coator, não vislumbro elemento no mandado de segurança com força suficiente a atrair a competência da Vara Criminal.

Isto porque, a despeito de envolver ato de autoridade policial decorrente de investigação criminal, o ato apontado como coator reveste-se de natureza eminentemente administrativa.

A causa de pedir do mandado de segurança consiste no suposto abuso de autoridade do delegado de polícia, que teria procedido a comunicação temerária ao órgão de trânsito fazendo constar no registro dos veículos a informação de que teriam sido objeto de crime.

Embora houvesse inquérito policial em andamento, e apesar de a autoridade coatora consistir em um delegado de polícia, entendo que a cognição demandada pelo *mandamus* há de ser enfrentada pelo Juízo fazendário, uma vez que se discute a legitimidade do ato de polícia administrativa praticado pelo delegado.

Ante o exposto, conheço do conflito de competência para **declarar o Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife, Juízo suscitante, competente** para processar e julgar o mandado de segurança autuado sob o n. 98787-62.2013.8.17.0001.

Considero, ainda, **válidos os atos sem conteúdo decisório praticados pelo Juízo incompetente anteriores a esta decisão, nos termos do artigo 122 do CPC.**

É como voto.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador relator